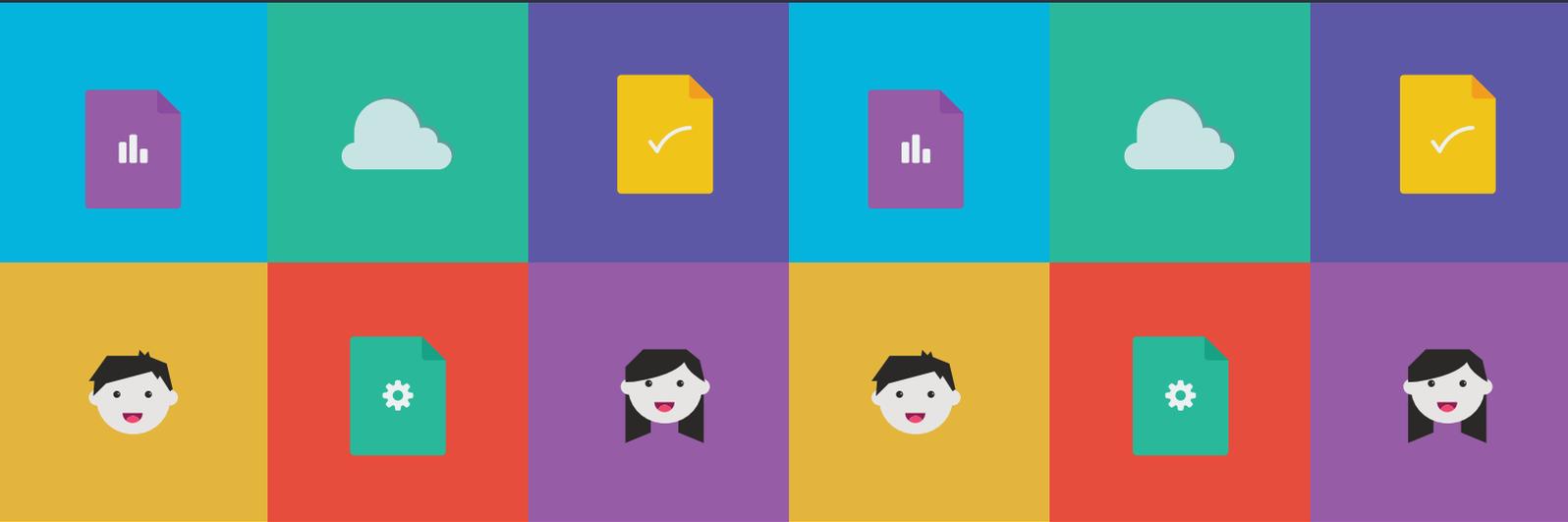




Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude



Relatório 2013





**COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA**

Relatório 2013

**Florianópolis, 2013
Tribunal de Justiça de Santa Catarina**

COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

Coordenador

Desembargador Sérgio Izidoro Heil

Juízes de Direito membros do Colegiado

Ademir Wolff

Álvaro Luiz Pereira de Andrade

Ana Cristina Borba Alves

Brigitte Remor de Souza May

Caroline Bündchen Felisbino Teixeira

Giancarlo Bremer Nones

Joana Ribeiro Zimmer

Liana Bardini Alves

Márcio Rene Rocha

Miriam Regina Garcia Cavalcanti

Mônica Elias de Lucca Pasold

Naiara Brancher

Nayana Scherer

Ricardo Alexandre Fiuza

Secretária

Mery Ann Furtado e Silva

Equipe técnica

Cristine Pereira Tuon Sposito

Eliedite Mattos Ávila

Lilian da Silva Domingues

Projeto e Produção Gráfica

Divisão de Artes Gráficas - DIE

Apresentação

O presente relatório contém informações acerca das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (CEIJ), e as metas para o ano de 2014.

Instituída pela Resolução n. 63/2011-TJ, a CEIJ é constituída por um colegiado de 14 juízes que se reúnem mensalmente. Tem como missão promover a melhoria da prestação jurisdicional, por meio da proposição e implementação de políticas afetas à área da infância e da juventude, bem como pela capacitação de magistrados e servidores quanto ao tema.

Os trabalhos realizados ao longo do ano de 2013 tiveram como foco de atuação as áreas protetiva e socioeducativa da política de atendimento à infância e juventude. As diretrizes foram traçadas nas reuniões dos membros da CEIJ e objetivaram responder qualitativa e quantitativamente as demandas apresentadas.

Dentre as recentes ações, destacam-se parcerias importantes como a estabelecida com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) para implantação do Projeto Novos Caminhos, cujo objetivo é proporcionar aos adolescentes, quando desligados do sistema de acolhimento em razão da maioridade, a perspectiva de uma vida adulta com qualidade, assegurando sua autossuficiência, empoderamento e dignidade.

Outra parceria relevante foi estabelecida com a Academia Judicial do Tribunal de Justiça para realização do curso de pós-graduação *lato sensu*, “Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo”, voltado às assistentes sociais e aos psicólogos do quadro do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Com estas conquistas, a Coordenadoria, cuja criação e implantação representou a realização de um sonho acalentado havia muito pelos magistrados e servidores da área da infância e da juventude, completa seu segundo ano de existência na certeza de ter se tornado fonte de orgulho a todos os integrantes do Judiciário catarinense.

Sumário

Notícias de destaque	7
Projetos	21
Ações conjuntas	23
Inspeções	25
Eventos	29
Metas	30

CEIJ E SSP DISCUTIRAM NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

O desembargador Sérgio Izidoro Heil, à frente da Coordenadoria Estadual de Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça/SC, juntamente com as juízas de direito Brigitte Remor de Souza May, comarca da Capital e Ana Cristina Borba Alves, comarca de São José e a assistente social Lilian Domingues, da CEIJ, foram recebidos em audiência pelo secretário estadual de Segurança Pública, César Augusto Grubba, no dia 13 de maio, para tratar da instalação do Núcleo de Atendimento Integrado ao Adolescente Autor de Ato Infracional - NAI em Florianópolis.

de Direitos Humanos da Presidência da República, autora de um projeto modular que é executado em todo o país pelos Estados que demonstram interesse em sua instalação.

Destaca-se que o NAI busca, além da ressocialização dos adolescentes, reduzir a sensação de impunidade externada pela opinião pública. “O ato infracional que demora meses, até anos para ser concluído, será decidido no mesmo dia em que o jovem for apreendido pelas polícias civil ou militar. E o segredo desta agilidade está na união, em um mesmo espaço físico, de

todas as instituições que lidam com adolescentes em conflito com a lei”, explica o desembargador Sérgio Heil.

Para o secretário César Grubba, a atuação conjunta desses órgãos preserva a dignidade dos jovens ao garantir atendimento e encaminhamento individualizados. Também participou da audiência o delegado-geral da Polícia Civil, Aldo Pinheiro D’Ávila.



A proposta é de que o atendimento seja feito por equipe interinstitucional, composta de juízes de direito, promotores de justiça, defensores públicos, delegados e agentes de polícia, além da polícia militar e de funcionários da Secretaria de Assistência Social de Florianópolis. O NAI/Florianópolis deverá ser construído em terreno de propriedade do Estado, localizado na Capital, com recursos da Secretaria Nacional

No dia 20/6/2013 o desembargador Sérgio Izidoro Heil, acompanhado pelo coordenador-geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Cláudio Augusto Vieira da Silva, foi novamente recebido pelo secretário estadual de Segurança Pública, César Augusto Grubba, para avançar nas tratativas acerca da implantação da nova unidade em Florianópolis.



Participaram também da audiência a juíza Brigitte Remor de Souza May e o promotor Marcílio de Novaes Costa, ambos da comarca da capital, da área da infância e da juventude, além do coronel bombeiro militar

Dirceu Antônio Oldra, gerente de obras da Secretaria de Segurança Pública – SSP, e da assessora da Diretoria de Planejamento e Avaliação, Maria Elisa de Caro.

CEIJ REUNIU COLEGIADO PARA ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE JUÍZES, PROMOTORES DE JUSTIÇA E TÉCNICOS DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Osmagistrados membros da CEIJ, em reunião do colegiado, discutiram a programação do fórum estadual de juízes, promotores de justiça e técnicos do poder judiciário e do ministério público, sendo definida a

data de realização em 27 e 28 de junho do corrente ano. Como temas principais ficaram definidos: Saúde Mental e Enfrentamento ao Crack, Mediação nas Escolas, Depoimento Especial, entre outros.



A CEIJ reúne-se mensalmente, nas últimas sextas-feiras do mês, sob a presidência do desembargador coordenador Sérgio Izidoro Heil e os temas debatidos versam sobre o

estabelecimento de diretrizes e políticas afetas à área da infância e da juventude e ações cotidianas dos magistrados com essa competência.



TJ, AMC E SAÚDE UNIDOS EM BENEFÍCIO DAS CRIANÇAS COM DEPENDÊNCIA QUÍMICA

A Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ), a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e a Secretaria Estadual de Saúde (SES), em reunião realizada na capital, discutiram formas de apoio às crianças e adolescentes com dependência química no Estado.

O encontro reuniu o secretário estadual da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, o coordenador estadual da infância e da juventude do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Izidoro Heil, e a vice-presidente da AMC, juíza Mônica de Lucca. Os representantes do TJ e da AMC ficaram



particularmente satisfeitos ao ouvir do secretário Dalmo a proposta de inclusão do Hospital Dom Bosco, de Rio dos Cedros, na Rede de Atenção Psicossocial.

“A inclusão vai permitir aporte de recursos para a abertura de leitos psiquiátricos. Esses leitos serão destinados exclusivamente ao tratamento de crianças e adolescentes que sofrem com a dependência química”, explicou o titular da pasta da saúde. Com os recursos oriundos da rede, o hospital, quando reaberto, terá 95 leitos, dos quais

15% serão destinados ao acolhimento de crianças e adolescentes vítimas da dependência química. “Estamos nos reunindo para criar um centro de referência no atendimento às crianças e adolescentes dependentes químicos”, afirmou a juíza Mônica.

CEIJ COBROU DO GOVERNADOR DO ESTADO E FEZ ALERTA NACIONAL PARA A SITUAÇÃO DE JOVENS EM SC

A Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) encaminhou ofício ao governador do Estado, em que expõe a grave situação do Sistema Socioeducativo Catarinense – responsável pela custódia de jovens e adolescentes em conflito com a lei em Santa Catarina – e solicitou providências. Desde setembro de 2012, a CEIJ alerta para os problemas estruturais existentes, seja através de ofícios, envio de relatórios ou mesmo em audiências presenciais.

Mesmo diante da relevância do assunto, salientou o coordenador da CEIJ, desembargador Sérgio Izidoro Heill,

nenhuma resposta foi encaminhada ao Judiciário. Por conta desta situação, o ofício dirigido ao Chefe do Executivo estadual, foi enviado também para outros onze órgãos e instituições nos âmbitos estadual e nacional, entre elas Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A decisão da CEIJ, adotada de forma unânime pelos magistrados que a integram, teve por objetivo tornar manifestas as condições que relegam o Sistema Socioeducativo Catarinense aos “piores patamares” da escala nacional.

PARCERIA ENTRE JUDICIÁRIO E FIESC RESULTOU EM AÇÕES PRÁTICAS DE CUNHO SOCIAL

A Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) e a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) reuniram-se com representantes do sistema FIESC, oportunidade em que a importância das parcerias firmadas entre as instituições foi mais uma vez reforçada.

O desembargador Sérgio Izidoro Heil, coordenador da CEIJ, destacou os resultados até então obtidos. Citou a entrega de 900 livros para leitura a crianças acolhidas, e a implementação de um laboratório didático móvel em Gaspar, para a qualificação educacional de jovens em situação de risco.

CEIJ, SENAI, SESI E FIESC INAUGURARAM UNIDADE REMOTA NA CIDADE DE GASPAR

O município de Gaspar, localizado no Vale do Itajaí, assistiu na data de junho a inauguração de Unidade Remota doada pelo Sistema FIESC, por meio do SENAI/SC, com o objetivo de ministrar ensino profissional de costura industrial para vestuário aos adolescentes e adultos da comunidade. A Unidade possui como sede a Conferência Vicentina, localizada no centro do município, e atenderá inicialmente 90 alunos divididos em três turmas (manhã, tarde e noite), os quais receberão, além das aulas, lanche e transporte gratuitos.

de futuro e, no caso daqueles em conflito com a lei, em busca de sua ressocialização.

Estavam presentes na inauguração o desembargador Sérgio Izidoro Heil, coordenador da CEIJ, Mariluci Deschamps Rosa, vice-prefeita do município, o juiz da 1ª Vara de Gaspar, Raphael de Oliveira Silva Borges, Jacir Luiz Lenzi, diretor do SENAI de Blumenau, Francisco Agostinho Wandalen e Sílvio Schramm o presidente e o fundador da Conferência Vicentina, respectivamente, além de outras autoridades locais.



Para o representante do SENAI, Gaspar tem necessidade de mão de obra especializada no ramo têxtil e o projeto vai propiciar melhores condições de empregabilidade e de obtenção de mão-de-obra qualificada. O desembargador Sérgio Heil, por sua vez, destacou que o sonho desta unidade “nasceu em uma manhã de setembro do ano passado, na sede da FIESC, em Florianópolis, quando reunidos - empresários e

Todos da comunidade poderão se inscrever, porém, há percentual de vagas destinadas a adolescentes a partir dos 16 anos de idade, acolhidos ou que estejam em cumprimento de medida socioeducativa. O projeto visa aumentar as chances de sucesso profissional destes jovens, ao oportunizar novos aprendizados para melhores perspectivas

magistrados - discutíamos ações sociais em benefício dos cidadãos catarinenses”.

O desembargador Sérgio Heil lembrou que adolescentes e adultos da comunidade poderão ter acesso ao programa. “Isso pode lhes proporcionar um destino melhor, gerando oportunidades e dignidade, fator



propulsor da cidadania”, Por fim, a vice-prefeita do município também salientou a importância da iniciativa para a comunidade. Após a solenidade de instalação, foram visitadas as dependências da escola e do laboratório da Unidade Remota.

CEIJ, AMC E FIESC ARTICULARAM CAPACITAÇÃO DE JOVENS EM PROGRAMAS DE ACOLHIMENTO DO OESTE DE SC

A Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ), preocupada com a estimativa de que cerca de 600 jovens acolhidos devem atingir a maioridade nos próximos anos, e conseqüentemente deverão ser desligados do sistema de acolhimento, buscou parcerias na iniciativa privada para capacitá-los e inseri-los no mercado de trabalho, como forma de lhes

oferecer melhores perspectivas de vida. A missão arregimentou cada vez mais interlocutores.

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), por exemplo, articulou os primeiros passos de um projeto que une a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e o Poder Judiciário, por meio da CEIJ, para atender justamente a este público. A AMC esteve em Chapecó e reuniu-se com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para preparar o lançamento do projeto, que inicialmente atingirá a Região Oeste e atenderá a 39 jovens, entre 17 e 18 anos.

Num primeiro momento, os jovens serão capacitados



profissionalmente pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), ligado ao Sistema FIESC, de acordo com as suas afinidades ou aptidões. Em seguida, serão encaminhados para ocupar vagas de trabalho nos mais diversos ramos da indústria e, por último, uma avaliação ajudará ainda aqueles que precisam receber algum tipo de complemento da escolaridade.

“O objetivo é capacitá-los para uma vida autônoma”, resumiu o presidente da AMC, juiz Sérgio Luiz Junkes.

O encontro reuniu os magistrados locais Gustavo Emelau Marchiori e Ermínio Darold e os dirigentes do Sistema FIESC, Waldemar Schmitz e Astor Kist.

CEIJ, AMC E FIESC FIRMARAM CONVÊNIO PARA CAPACITAR JOVENS EM ACOLHIMENTO

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) assinaram o termo

O desembargador Sérgio Izidoro Heil, coordenador estadual da Infância e Juventude, afirmou que a ideia é proporcionar aos jovens uma vida adulta com qualidade.



“Essas crianças são originárias do abandono da família e da sociedade. Vamos quebrar paradigmas”, enfatizou. Segundo o desembargador, existem hoje no Estado 1562 crianças e adolescentes acolhidos; deste número, 472 são jovens entre 14 e 18 anos, que poderão ser atendidos pelo programa (75 deles estão próximos de completar

de cooperação que marca o início das atividades do projeto Novos Caminhos em Santa Catarina, com a realização de projeto piloto em Chapecó e região. O objetivo é capacitar profissionalmente jovens que, ao completar 18 anos, deixam os acolhimentos sem nenhuma perspectiva, e inseri-los no mercado de trabalho. O convênio foi firmado durante encontro de integração promovido pela FIESC.

18 anos). O desembargador sugeriu Joinville como a próxima cidade a ser atendida pelo projeto, solicitação que foi bem recebida pelos representantes da FIESC.

A partir do projeto piloto será realizado um trabalho nas indústrias, para que deem uma oportunidade aos jovens que estão completando 18 anos. Os jovens que têm entre 16 e 18 anos serão encaminhados

para um curso de qualificação, para posteriormente ingressar nas indústrias por meio de um programa de estágio.

O desembargador Nelson Juliano Schaefer Martins, presente ao encontro, enalteceu a iniciativa: “Este projeto descortina uma nova esperança, um novo capítulo na vida dessas crianças.” De igual modo, o desembargador Ricardo José Roesler frisou: “Sem dúvida, uma belíssima iniciativa, uma realização concreta desta integração entre magistrados e empresários”.

a nossa parte, ou seja, realizarmos a qualificação técnica e a inserção profissional desses jovens no mercado. Conclamo aos industriais e presidentes de sindicatos de indústria para, juntos, assumirmos essa nobre tarefa. Cada cidadão recuperado significa uma nova família feliz”, ressaltou o vice-presidente da FIESC para a Região Oeste, Waldemar Schmitz. O vice-presidente da Federação para o Extremo Oeste, Astor Kist, disse que a iniciativa vai minimizar o sofrimento desses jovens. “É o mínimo que podemos fazer por eles”, salientou.



Entre os presentes no evento, ocorrido no dia 30 de agosto, também estavam presidentes de sindicatos de indústria da região filiados à FIESC, empresários, o prefeito de Chapecó, José Cláudio Caramori, representantes do SENAI/SC, SESI/SC, IEL/SC e FIESC, além de juízes

A necessidade de qualificar esses jovens fora levantada durante encontro entre magistrados e FIESC realizado em Joinville, no último mês de abril. “Cabe a nós fazermos

que atuam em Chapecó e região (com informações da Assessoria de Imprensa da AMC).



COMITIVA LIDERADA PELA CEIJ PROMOVEU VISITA DE ESTUDO AO JUDICIÁRIO MINEIRO

A Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) e representantes de instituições ligadas à área, na região da Grande Florianópolis, conheceram de perto, em visita ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a estrutura e as iniciativas desenvolvidas pelo Judiciário mineiro para atendimentos a adolescentes envolvidos em atos infracionais.



A comitiva catarinense, integrada pelo desembargador Sérgio Izidoro Heil, juíza de direito da comarca de São José, Ana Cristina Borba Alves, delegada regional de São José, Sandra Mara Pereira, secretário de Assistência Social de São José, Lédio Coelho, coordenadora do Centro de Referência Especializado em Assistência Social de São José (CREAS), Greyce Coronetti, e secretária da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude, Mery Ann Furtado e Silva, foi recebida por dirigentes do Centro Integrado de Atendimento Autor de Ato Infracional

(CIA-BH) e da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (COINJ).

A comitiva conheceu a estrutura do CIA-BH, cujo centro foi criado em 2008, em Belo Horizonte, para o pronto atendimento ao adolescente autor de ato infracional. O jovem é atendido, em um mesmo espaço

físico, por uma equipe interinstitucional, composta de juízes, promotores de justiça, defensores públicos, delegados de polícia, policiais militares e funcionário da Subsecretaria de Estado de Atendimento às Medidas Socioeducativas e da Prefeitura Municipal.

Na COINJ, os catarinenses conheceram os projetos Coinj em Ação e Expresso COINJ, elaborados após a criação da coordenadoria, em junho de 2010. O desembargador Sérgio Heil explicou que o TJSC estuda iniciativas para executar projetos que buscam também a ressocialização dos jovens. Minas Gerais é o primeiro estado visitado por integrantes da CEIJ com esta finalidade. “Vamos tentar implantar programa semelhante ao CIA porque está tudo integrado em um só local, e isso facilita atingir o resultado esperado pela sociedade”, ressaltou o magistrado.

MINISTRO-CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEZ CONFERÊNCIA NO EVENTO DA CEIJ

O ministro-chefe da Casa Civil do Governo Federal, Gilberto Carvalho, participou da solenidade de abertura do X Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, no auditório da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), em

infância e juventude, pessoas que integram os grupos de estudos e apoio à adoção de Santa Catarina e profissionais das entidades de acolhimento.

A solenidade de abertura foi conduzida pelo desembargador Sérgio Izidoro Heil, responsável pela Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ), e contou com as presenças do ministro-chefe da Casa Civil do Governo Federal Gilberto Carvalho, do deputado federal Pedro Uczai, do vice-reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul, Antônio



Chapecó, na data de 26 de setembro, evento este promovido pela CEIJ, CEJA e Academia Judicial.

O objetivo do evento foi propiciar capacitação conjunta a profissionais das entidades de acolhimento, membros dos Grupos de Estudos e Apoio à Adoção e profissionais do Poder Judiciário e do Ministério Público, como forma de garantir trabalho articulado e qualificado, tendo por foco a criança e o adolescente em situação de abandono ou risco.

O público foi composto por juízes de direito e promotores de justiça com competência na área da infância e juventude, técnicos do Judiciário e do Ministério Público, assistentes sociais, psicólogos, oficiais da

Inácio Andrioli, do advogado Rudimar Bortolotto (representando a OAB/SC), da promotora de justiça Vânia Augusta Cella Piazza e do juiz Celso Henrique de Castro Baptista Vallim (da Vara da Infância e Juventude de Chapecó). O desembargador Sérgio Izidoro Heil, coordenador da CEIJ, acompanhou e participou das principais mesas de discussão.

Concomitante a este evento aconteceu o Encontro Anual de Técnicos e Oficiais da Infância e Juventude do Poder Judiciário, evento que reuniu assistentes sociais, psicólogos, oficiais da infância e juventude e profissionais da área. O objetivo foi propiciar atualização aos profissionais da área, promovendo, assim, o aperfeiçoamento de seus trabalhos na instituição.

Participaram da solenidade de abertura o juiz Jefferson Zanini (representando a Associação dos Magistrados Catarinenses

- AMC), o juiz-corregedor Alexandre Takaschima, a promotora de justiça Vânia Augusta Cella Piazza (representando o procurador-geral de Justiça) e o juiz Celso Henrique de Castro Baptista Vallim, da Vara da Infância e Juventude de Chapecó.



A ACADEMIA JUDICIAL DO TJ EM PARCERIA COM A CEJ PROMOVERAM O CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DIRIGIDO ÀS ASSISTENTES SOCIAIS E AOS PSICÓLOGOS DO JUDICIÁRIO CATARINENSE

Academia Judicial (AJ) do Tribunal de Justiça promoveu no primeiro semestre de 2013 a solenidade de abertura do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão

Os trabalhos foram abertos pelo secretário executivo da Academia Judicial, Adalto Barros dos Santos, que registrou o empenho da diretoria da academia para a realização

do evento. Adalto explicou que a oferta do curso, cujo público-alvo foi ampliado aos psicólogos, já havia sido autorizada na gestão anterior, coordenada pelo desembargador Jaime Ramos.



Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo, dirigido às assistentes sociais e aos psicólogos do Poder Judiciário catarinense.

Já sob a direção do desembargador Pedro Manoel Abreu, esse projeto da academia teve continuidade, aguardando-se apenas a renovação do credenciamento para oferta de cursos dessa natureza pelo Conselho Estadual de Educação.

A coordenadora da Pós-Graduação, Eliedite Mattos Ávila, mencionou que o pedido decorreu de uma necessidade dos servidores atuantes na área em relação ao conteúdo teórico-metodológico de sua prática profissional.

Também fizeram parte da mesa a psicóloga Carolina Corrêa Marques, representante do Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região, e a professora de Metodologia da Pesquisa Dilma Beatriz Rocha Juliano, que proferiu a aula inaugural.

A ACADEMIA JUDICIAL DO TJ EM PARCERIA COM A CEIJ PROMOVERAM CURSO SOBRE JUSTIÇA RESTAURATIVA

A Academia Judicial, em parceria com a CEIJ, realizou nos dias 5 e 6 de agosto o Curso sobre Justiça Restaurativa, com a participação de agentes e técnicos que atuam na área da infância e juventude. O

objetivo foi sensibilizar e capacitar técnicos do Poder Judiciário de Santa Catarina, bem como agentes governamentais e de organizações destinadas a assegurar os direitos referentes à infância e juventude, no âmbito da Justiça Restaurativa.



A abertura do curso foi feita pela juíza Brigitte Remor de Souza May, que abordou sua experiência no Centro de Justiça Restaurativa, na Vara da Infância e Juventude da Capital, de que é titular. O professor e psicólogo Juan Carlos Vezzulla deu continuidade ao curso, que teve 46 participantes de várias comarcas de Santa Catarina.

CEIJ PROMOVEU CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS DO PODER JUDICIÁRIO E DOS PROGRAMAS DE ACOLHIMENTO DE SC

O I Encontro Regional de Técnicos do Poder Judiciário e dos Programas de Acolhimento para Capacitação nos Temas da Infância e Adolescência, promovido pela CEIJ, em parceria com a Academia Judicial, ocorreu entre 11 a 13 de setembro, em Florianópolis.

Investir na capacitação dos profissionais de serviço social e de psicologia do judiciário e dos profissionais dos programas de acolhimento é indispensável para se alcançar qualidade no atendimento de crianças e adolescentes em situação de

risco pessoal e social que, de alguma maneira, tiveram seus direitos desatendidos e violados. A promoção de cursos, através

de uma metodologia conjunta, assegura o intercâmbio de conhecimentos e de experiências.



A capacitação foi ministrada pelas instrutoras Luísa Fernanda Habigzang, Sylvia Maria Filomena Baldino Nabinger e Taís Burim Cesca, sob a coordenação da assistente social da CEIJ Cristine Pereira Tuon Sposito. O público foi formado por cerca de 40 pessoas, entre assistentes sociais e psicólogos do Poder Judiciário catarinense e dos programas de acolhimento da região da Grande Florianópolis.

ACADEMIA JUDICIAL EM PARCERIA COM A CEIJ PROMOVERAM O I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE JUSTIÇA RESTAURATIVA E DIREITOS HUMANOS NA CAPITAL

Nos dias 24 e 25 de outubro, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), na Capital, foi realizado o I Seminário de Justiça Restaurativa e Direitos Humanos do judiciário catarinense. O seminário foi resultado de parceria entre a Coordenadoria

Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) e a Academia Judicial, mediante o curso de Pós-Graduação Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo.

Fizeram parte da mesa de abertura o desembargador Pedro Manoel Abreu e os juízes Paulo Roberto Froes Toniazzi e Marcelo Carlin (diretores da Academia Judicial), o vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Torres Paladino, o advogado Wilson Knoner Campos, integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, e o juiz-corregedor Alexandre Takaschima.





O público do evento, que teve como objetivo possibilitar a troca de experiências referentes à mediação de conflitos em âmbito nacional e internacional, foi composto de profissionais de diversas instituições cuja área de atuação envolve adolescentes em conflito com a lei, e de estudantes universitários.

A palestra inaugural foi proferida pelo professor Mário João Ferreira Monte, da Universidade do Minho, em Portugal. Em seguida, atuou como conferencista o professor Jacques Faget, da Universidade de Bordeaux, na França.



● **FOTOS E NOTÍCIAS CEDIDAS PELA ASSESSORIA DE IMPRENSA DO TJSC**

PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

Justiça Restaurativa

Projeto piloto em desenvolvimento no âmbito da Vara da Infância e da Juventude da comarca da Capital desde o ano de 2011, tem como escopo o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei por meio de práticas restaurativas. Há previsão de implantação do projeto em outras comarcas mediante capacitação dos servidores interessados na implantação. Parceiros: Ministério Público, Secretaria da Segurança Pública e Cursos de graduação em psicologia e direito da Unisul.

Atividades relacionadas:

- assessoria técnica e operacional às equipes de mediadores
- reuniões bimensais com universidade parceira (Unisul) e equipes de mediadores
- organização de eventos relacionados ao projeto (1 (um) curso de capacitação e 1 (um) seminário internacional)
- participação em 4 (quatro) bancas examinadoras de trabalhos de conclusão de curso de graduação relacionados ao projeto
- em andamento: convênio de formalização do Projeto cujos signatários serão: Tribunal de Justiça, Secretaria de Segurança Pública, Ministério Público e Unisul

Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* – “Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo”

Projeto desenvolvido pela CEIJ em parceria com a Academia Judicial, com vistas a contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento teórico, metodológico, prático e científico das equipes interprofissionais do Poder Judiciário, qualificando-as para uma ação profissional competente e inovadora. O desenvolvimento do projeto teve início no segundo semestre de 2012 e a previsão da conclusão do curso pela primeira turma, formada por 29 assistentes sociais e 6 psicólogos, é setembro 2014. O projeto se estenderá nos anos seguintes mediante abertura de novas turmas.

Atividades relacionadas:

- coordenação geral
- organização/monitoramento das aulas (quinzenais)
- atividades docentes
- interlocução com Academia Judicial, professores, magistrados e assistentes sociais e psicólogos do Poder Judiciário

Projeto Novos Caminhos

Fruto da parceria firmada pela CEIJ com a FIESC e a AMC, o projeto Novos Caminhos tem como finalidade qualificar e profissionalizar adolescentes inseridos em programas de acolhimento com idade acima de 14 anos, visando a preparação para a vida autônoma.

A meta é a inserção nas indústrias catarinenses, mediante o desenvolvimento de cursos de formação profissional e de atividades complementares. Com início no corrente ano, a experiência piloto foi implantada na região da comarca de Chapecó.

Para o próximo ano há previsão de expansão, sendo a meta atender a todos os adolescentes em serviços de acolhimento do Estado, cujas perspectivas de adoção são remotas.

Atividades relacionadas:

- reuniões com representantes das entidades parceiras
- pesquisa de demanda
- elaboração do projeto
- celebração de Termo de Cooperação com a FIESC e a AMC
- acompanhamento das atividades e visita in loco das aulas iniciais no município de Chapecó

Encontro Regional de Técnicos do Poder Judiciário e dos Programas de Acolhimento para Capacitação nos Temas da Infância e Adolescência

Projeto desenvolvido pela CEIJ, em parceria com a Academia Judicial, objetiva capacitar os profissionais do judiciário catarinense e dos programas de acolhimento para uma formação de aperfeiçoamento sobre os temas da infância e adolescência. A proposta de capacitação visa relacionar a prática cotidiana com base nos fundamentos teóricos e o cumprimento dos dispositivos legais, contribuindo-se para a consolidação da promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. O projeto teve início no corrente ano, atendendo inicialmente ao público específico da região da Grande Florianópolis, e se estenderá no ano seguinte nas demais regiões do Estado.

Atividades relacionadas:

- elaboração do projeto
- coordenação e acompanhamento das atividades
- interlocução com Academia Judicial, professores, assistentes sociais e psicólogos do Poder Judiciário e dos Programas de Acolhimento

AÇÕES DESENVOLVIDAS COM PARCEIROS EXTERNOS

Viabilização de cursos e oficinas de profissionalização

Tendo como ponto de partida parceria estabelecida com a AMC e o sistema FIESC, a CEIJ diligenciou durante este ano para a implantação de duas unidades remotas do SENAI com vistas à realização de cursos e oficinas profissionalizantes destinadas à comunidade em geral, porém com vagas destinadas tanto aos adolescentes em acolhimento, quanto àqueles em cumprimento de medidas socioeducativas. Neste ano, as comarcas contempladas foram Gaspar, que recebeu estrutura para o ensino profissionalizante de costura industrial, e Araranguá, cujo programa de acolhimento recepcionou uma unidade móvel de panificação.

Atividades relacionadas:

- realização de reuniões
- pesquisa de demanda
- celebração de Termos de Cooperação
- atividades de monitoramento

Planejamento para implantação do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) com vistas ao atendimento inicial do Adolescente em Conflito com a Lei

Desde 2011 a CEIJ vem propondo a implantação de estrutura semelhante ao que hoje se convencionou chamar Núcleo de Atendimento Integrado (NAI). No corrente ano, diante da publicação de edital pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com oferta de recursos dirigidos à implantação do referido serviço, a CEIJ diligenciou junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), o envio de carta de intenções a qual encontra-se em análise na instância Federal.

Atividades relacionadas:

- reuniões com SSP e Ministério Público visando a viabilização de local para implantação do serviço
- acompanhamento do envio da carta de intenções para a Secretaria de Direitos Humanos

Atividades relacionadas à Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente (RACDCA)

Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente (RACDCA), constituída em outubro de 2012, é formada por entidades governamentais e não

governamentais reunidas com o intuito de desenvolver ações e elaborar um protocolo interinstitucional na perspectiva de superar as falhas no atendimento e execução das medidas socioeducativas em Santa Catarina. Nesse sentido, a RACDCA promoveu este ano a celebração da assinatura do Termo de Cooperação Técnica, promoveu o Seminário Interfaces e Fissuras do Estado no Sistema de Garantia de Direito e elaborou modelo de fluxo integrado de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, o qual irá compor o protocolo acima mencionado.

Instituições participantes:

Componentes da RACDCA (CEIJ, Vara da Infância e da Juventude da Capital, Ministério Público, Governo do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, Instituto Pe. Vilson Groh, Conselho Estadual e Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual e Municipal de Assistência Social, Conselho Tutelar de Florianópolis e OAB)

Atividades relacionadas:

- realização de reuniões com os parceiros da RACDCA
- elaboração de fluxo de atendimento
- planejamento e elaboração de expedientes administrativos

VISITAS DE INSPEÇÃO AOS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO E SOCIOEDUCAÇÃO

Programas de Acolhimento

Tendo em vista a importância que os programas de acolhimento assumem na vida das crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade pessoal e social, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) disciplinou a fiscalização dos programas de acolhimento em seu artigo 95, o qual refere que cabe ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e aos Conselhos Tutelares a aplicação de medidas pelo descumprimento das obrigações citadas no art. 94 do Estatuto.

Desde o ano de 2009, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA) mantém um sistema de monitoramento e acompanhamento das crianças e dos adolescentes que se encontram acolhidos em Santa Catarina por meio de visitas e reuniões com a rede de atendimento nas comarcas sedes dos programas. A Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude, em colaboração com a CEJA, passou a integrar a equipe nessas inspeções. O propósito desse trabalho é verificar se os princípios estabelecidos no art. 92 do ECA e as orientações técnicas do CONANDA são observados.

As visitas foram direcionadas à avaliação da tramitação dos processos das crianças e adolescentes para que sua estadia no serviço de acolhimento fosse abreviada e para conhecer como estavam estruturados os programas de acolhimento institucional no Estado. Além do levantamento de dados e da verificação da situação pessoal e processual dos acolhidos, discutiram-se a articulação da rede de atendimento e as fontes de receita para a manutenção dos programas.

Os encontros deram-se por meio de reuniões com os magistrados com competência na infância e juventude, promotores de justiça, equipes técnicas do Judiciário, coordenadores e técnicos dos programas de acolhimento. Em algumas comarcas participaram também, secretários da área da assistência social do poder executivo municipal.

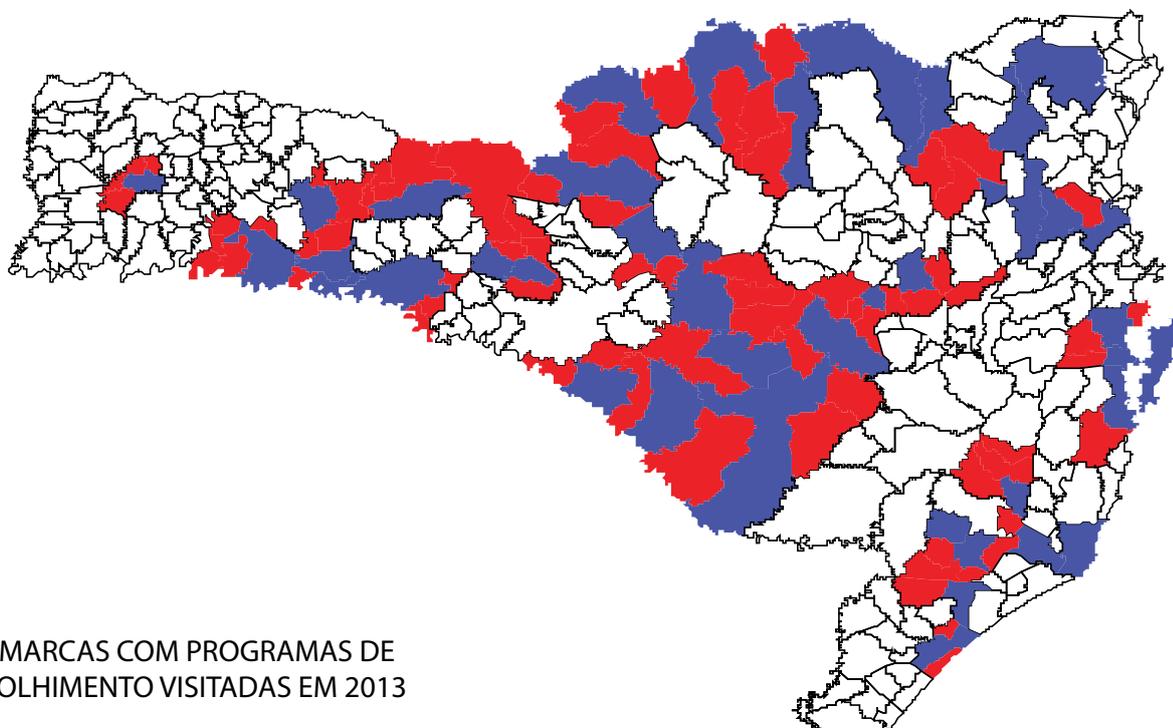
Atividades relacionadas:

- deslocamento às instituições
- inspeção da base física, infraestrutura e recursos humanos dos programas;
- verificação dos prontuários individuais, do plano político pedagógico do programa e outros registros e documentos
- reunião com os atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (Juízes, Promotores de Justiça, técnicos do Poder Judiciário, profissionais dos programas de acolhimento e da rede de atendimento, gestores municipais)
- elaboração de ofícios e relatórios

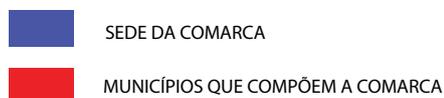
As imagens a seguir indicam os programas de acolhimento visitados:

REGIÕES	COMARCAS VISITADAS
Extremo Oeste	Itá, Concórdia, Seara, Ponte Serrada, Xanxerê, Maravilha e Chapecó
Vale do Rio do Peixe	Joaçaba, Herval d'Oeste, Friburgo, Caçador
Litoral Sul	Araranguá, Criciúma, Lauro Müller, Braço do Norte, Tubarão, Laguna e Urussanga
Foz do Rio Itajaí	Itajaí
Vale do Itajaí	Trombudo Central, Timbó, Blumenau, Gaspar
Planalto Sul	Lages, Correia Pinto, Otacílio Costa, Campo Belo do Sul, Anita Garibaldi e Curitibanos
Grande Florianópolis	Florianópolis, Palhoça, Biguaçu e São José
Litoral Norte	Jaraguá do Sul e Joinville
Planalto Norte	Mafra, Papanduva, Porto União, Canoinhas, Rio Negrinho

ESTADO DE SANTA CATARINA: MUNICÍPIOS



COMARCAS COM PROGRAMAS DE ACOLHIMENTO VISITADAS EM 2013



0 30 60 120 Km



Sistema Socioeducativo

A CEIJ, no ano de 2013, através de sua equipe técnica, inspecionou os estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, com o intuito de constatar, dentre outros, as condições de funcionamento dos estabelecimentos e/ou entidades, o projeto político-institucional e o plano pedagógico aplicado. Objetivou ainda, verificar se a situação dos adolescentes estava condizente com as normativas preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dentre as quais a que dispõem sobre a obrigatoriedade de efetivação dos direitos referentes à vida, ao respeito e à dignidade que consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral e na proibição de tratamento desumano. As inspeções deram-se por meio de reuniões com Magistrados e Promotores de Justiça e por visitas in loco. Em tais ocasiões, observou-se a imperiosa necessidade de serem sanadas as inúmeras e inconcebíveis falhas no Sistema Socioeducativo Catarinense.

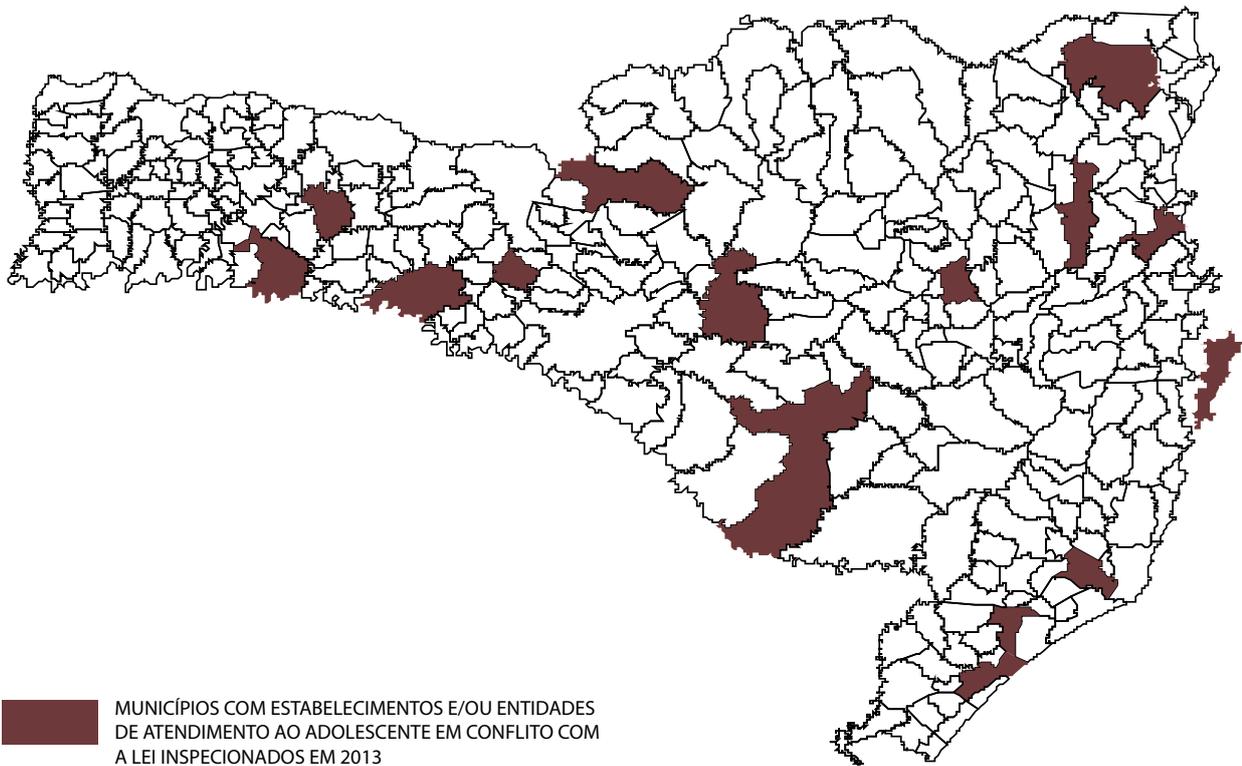
Atividades relacionadas:

- deslocamento às instituições
- inspeção da base física, infraestrutura e materiais necessários para o desenvolvimento dos programas de atendimento
- entrevista com dirigentes servidores e funcionários dos programas
- entrevista com adolescentes internados
- elaboração de ofícios e relatórios

As imagens a seguir indicam os estabelecimentos de atendimento socioeducativo visitados:

UNIDADES	COMARCAS VISITADAS
CASE	Lages, Chapecó e Joinville
CASEP	Chapecó, Xanxerê, Concórdia, Joaçaba, Caçador, Curitibaos, Lages, Criciúma, Tubarão, Rio do Sul, Blumenau e Itajaí
Casa de Semiliberdade	Chapecó, Concórdia, Caçador, Lages, Araranguá e Criciúma
Plantão de Atendimento Inicial	Florianópolis

ESTADO DE SANTA CATARINA: MUNICÍPIOS



0 30 60 120 Km



CURSOS E SEMINÁRIOS REALIZADOS

Fórum de Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário e do Ministério Público (*)

Local: Hotel Castelmar - Florianópolis/SC

Data: 27 e 28 de junho

Curso de capacitação para mediadores com o professor Juan Carlos Vezzulla (*)

Local: Academia Judicial - Florianópolis/SC

Data: 05 e 06 de agosto

I Encontro Regional de Técnicos do Poder Judiciário e dos Programas de Acolhimento (*)

Local: Academia Judicial/Florianópolis/SC

Data: 11, 12 e 13 de setembro

Encontro Estadual de Técnicos e Oficiais da Infância e Juventude do Poder Judiciário ()**

Local: UNOESC/Chapecó/SC

Data: 25 de setembro

10º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção ()**

Local: UNOESC/Chapecó/SC

Data: 26 e 27 de setembro

I Seminário Justiça Restaurativa e Direitos Humanos do Judiciário Catarinense (*)

Local: Florianópolis/SC

Data: 24 e 25 de outubro

* evento realizado em parceria com a Academia Judicial

** evento realizado em parceria com a CEJA e a Academia Judicial

METAS PARA 2014

Eventos

- Fórum Estadual de Magistrados e Técnicos da Infância e da Juventude
- Encontro Anual de Técnicos e Oficiais da Infância e da Juventude do Poder Judiciário
- Encontros Regionais de Técnicos do Poder Judiciário e dos Programas de Acolhimento
- 11º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, a ser realizado em Itapema
- Curso Depoimento Especial: Uma alternativa para escuta de Criança e Adolescentes

Ações

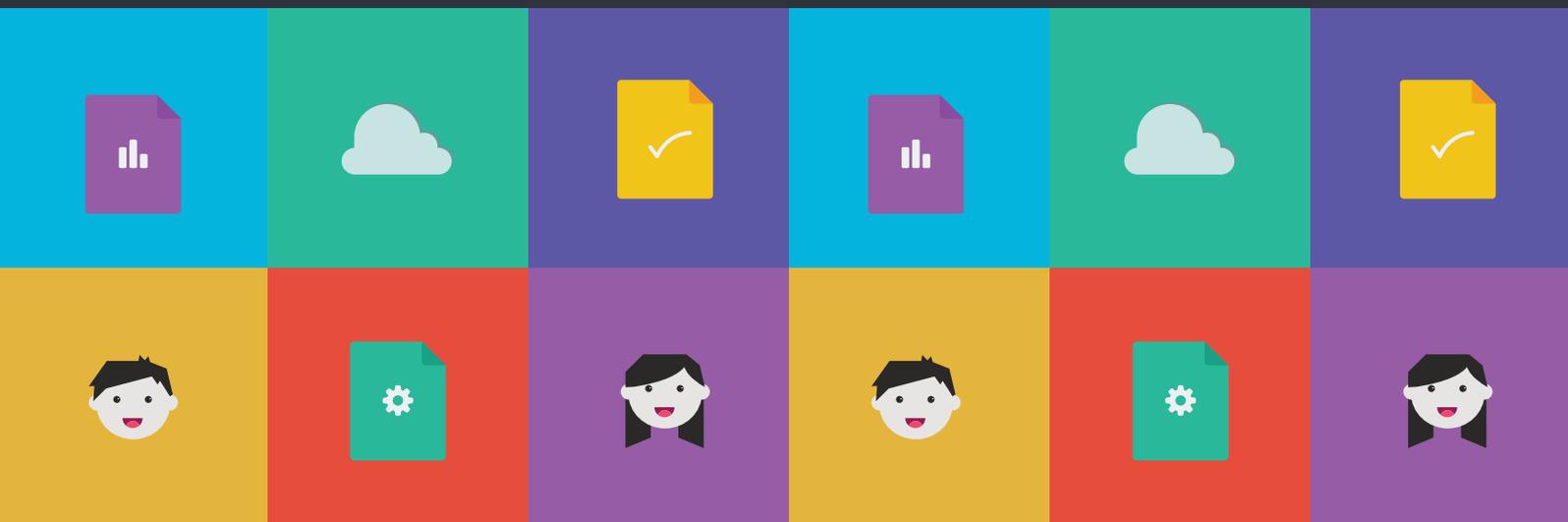
- Elaborar e implantar projeto com vistas a viabilizar atendimento especializado na área da saúde para crianças e adolescentes acolhidos
- Elaborar projeto com vistas a viabilizar a implantação de repúblicas para o atendimento de adolescentes em processo de desligamento dos Programas de Acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família ou de colocação em família substituta
- Elaborar e implantar projeto alternativo de escuta de crianças e adolescentes vítimas
- Dar continuidade ao Projeto Novos Caminhos com vistas a implantá-lo nas comarcas de Joinville, Blumenau e outras a serem pactuadas com o Sistema FIESC
- Dar continuidade ao projeto-piloto de Justiça Restaurativa implantado na comarca da Capital e disseminá-lo a outras comarcas
- Dar continuidade ao curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo
- Dar continuidade às visitas de inspeção aos programas de acolhimento, conjuntamente com a Ceja
- Dar continuidade à interlocução com o MP, OAB, SJC, SST e Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, a fim de viabilizar a melhoria dos programas de execução de medidas socioeducativas

- Finalizar o protocolo interinstitucional proposto pela Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente e diligenciar, juntamente com as instituições partícipes, pela sua efetiva implantação
- Diligenciar, junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e à Secretaria de Estado da Segurança Pública, pela implantação do Núcleo de Atendimento Integrado voltado ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e, participar do processo de elaboração do fluxo de atendimento com as demais instituições partícipes
- Fomentar junto ao Ministério da Saúde a criação de CAPs AD na modalidade de atendimento à crianças e adolescentes
- Diligenciar junto às Secretarias Estadual e Municipais de Saúde, a implantação de residências terapêuticas provisórias de acordo com a portaria do Ministério da Saúde nº 121/2012
- Reforçar ações endógenas de fortalecimento da CEIJ como órgão de definição de políticas do Poder Judiciário no âmbito da infância e da juventude



Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude

Relatório 2013



Poder Judiciário
de Santa Catarina



CEIJ

Coordenadoria Estadual
da Infância e da Juventude

Projeto e Produção Gráfica



DIVISÃO DE ARTES GRÁFICAS – DIE